Uma hora de definição para a capital

FERNANDO TOLENTINO
da Editoria de Cidade

Está na política industrial, que o governador José Ornellas promete divulgar em mais alguns dias, a esperança de criação de um mercado de trabalho capaz de absorver os contingentes de mão-de-obra desocupados que começam a formar bolsões preocupantes no Distrito Federal. Embora as autoridades não o reconheçam totalmente, o desemprego tornou-se um problema crônico na capital do país. Na fase que antecedeu a sua criação, Brasília atraiu contingentes expressivos de mão-de-obra caracterizados por grupos de trabalhadores especializados da construção civil que se movimentam pelo país perseguindo grandes projetos de construção civil (os hoje chamados **barrageiros**), mas também trouxe para cá levas de retirantes que não conseguiam sobreviver em suas regiões de origem e procuram o novo Eldorado do emprego.

Não houve problema. Tal foi o

volume das obras que foi possível absorver uns e outros sem problemas sérios de excedentes. Com o primeiro arrefecimento do ritmo das obras, parte desta população abandonou Brasília em busca de outros projetos, enquanto a maior parte continuou por aqui, muitos procurando encontrar meios de sobrevivência no comércio e nos serviços ainda incipientes da capital. Ao cabo de dez anos, a economia nacional entrava em uma fase de utilização da sua capacidade ociosa, com o que novos trabalhadores deixaram Brasília para se ocuparem nos centros industriais. O início da década de 60 assinala em Brasília uma situação de quase pleno emprego, com a utilização inclusive de mulheres na área de construção civil e de serviços urbanos.

A cidade vencera a segunda crise potencial. Mas, a década se completou com o que se convencionou definir como a consolidação da cidade, com a pressão de que Brasília estava pronta. Na verdade, uma cidade ainda pela metade, com boa

parte da sua Asa Norte desocupada e sérias carências de habitação para populações de baixa renda, hoje recolhidas em favelas ou dividindo pequenos barracos nas cidades-satélites.

Na virada da década, a economia nacional entrava em grave crise, que viria afetar profundamente a economia de Brasília e a administração pública em particular. Salários extremamente desgastados, principalmente entre os servidores públicos, foram o suficiente para comprimir as operações comerciais. Além disso, o Governo Federal decidiu interromper as transferências de seus órgãos que ainda permanecem no Rio de Janeiro, impedindo que crescesse a parcela de melhor poder aquisitivo da população, paralelamente ao ritmo das obras da construção civil.

CRISE

Para compensar a crise comercial, restou apenas a fixação definitiva da população brasiliense. A população rotativa (grandes quadros da adminis-

tração pública) deixou de ter expressão quantitativa e as consequências da crise do petróleo praticamente extinguiu o hábito de segmentos privilegiados da população local procurarem o comércio de outros centros. O fato permitiu, especialmente; uma sofisticação do comércio brasiliense. Mas, a base da população sobrou. Segundo denunciavam entidades representativas de trabalhadores e empregadores da construção civil, o setor conta atualmente com um estoque de desempregados que oscila entre os vinte e os trinta mil trabalhadores, sem estratégia de sobrevivência possível.

O varejão procurou simultaneamente encontrar fórmulas de redução de custos, implantando sistemas que poupassem mão-de-obra (lojas sem empacotamento, marcação de preços e com reposição de mercadorias mecanizada). A repercussão sobre o emprego no comércio foi imediata, formando-se contingentes de trabalhadores desempregados que começam a criar apreensão aos líderes sindicais da categoria. A adminis-

tração pública conteve a absorção de empregados e, afinal, o único setor que manteve o ritmo de absorção de mão-de-obra foi o financeiro, mesmo assim, valendo-se de altos índices de rotatividade para reduzir os salários.

PARANOIA

O momento, portanto, é crucial. O governador José Ornellas vê no projeto de despoluição do Lago Paranoá uma oportunidade de reduzir o espectro da crise. Não há dúvidas que a implementação do projeto vai absorver trabalhadores em situação de penúria indistigável. A esperança de solução, entretanto, não pode mais repousar exclusivamente sobre a área da construção civil, que não se coaduna com a malha urbanística do Distrito Federal, pois que obriga os trabalhadores a optar entre soluções tão trágicas quanto transferirem seus endereços (entre as cidades-satélites) para aproximarem-se dos locais de trabalho ou arcarem com custos elevadíssimos de transportes e percursos de

moradíssimos entre a casa e o trabalho.

A solução para a crise do emprego em Brasília — que existe e é grave — está na criação de ocupações permanentes e não temporárias. Para a geração destes empregos novos há dois pólos em perspectiva: ou o Governo do Distrito Federal consegue sensibilizar os poderes decisórios da União, no sentido de transferir o resto da Capital, ou faz a opção definitiva pela industrialização do Distrito Federal. Os inconvenientes da industrialização, está comprovado, são mais retóricos do que práticos. Ninguém propõe que se localizem indústrias de porte (especialmente as poluidoras) na área do Plano Piloto. As poluidoras são indesejáveis próximas a qualquer conglomerado ou de efluentes e o governo local tem que se munir dos instrumentos que lhe falem para controlar o problema. Mas, a vocação para a industrialização está nas proximidades das cidades-satélites e mesmo nas cercanias do quadrilátero do Distrito Federal.